

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

EDITAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, CNPJ: 17.188.574/0001-38, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu pregoeiro, designado pela Portaria CRCMG nº 139/2017, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05 e nº 8.538/15, da Lei Complementar nº 123, de 13 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, bem como pelas condições estabelecidas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital conforme indicado abaixo:

Data da abertura das propostas: 24/11/2017

Horário da abertura das propostas: 09h40min, respeitando o horário de Brasília/DF.

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925152

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 2 (dois) veículos para uso da fiscalização do CRCMG, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.2. Integram este Edital os anexos I, II e III.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no plano de trabalho do CRCMG para o exercício de 2017, conforme indicação abaixo:

Projeto: 5011	Centro de Custo: 325	Conta contábil: 6.3.2.1.03.01.005
---------------	----------------------	-----------------------------------

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação empresas que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRCMG, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

3.1.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.1.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.1.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.1.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.1.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.1.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.1.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.2. Não poderão participar desta licitação as empresas:

3.2.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2. Que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCMG ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública;

3.2.3. Reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4. Impedidas nos termos do Art.9º da Lei nº 8.666/93;

3.2.5. Estrangeiras que não funcionem no País.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados, junto ao órgão provedor do sistema eletrônico.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, corporativo e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, mediante senha privativa da licitante. O encaminhamento da proposta eletrônica pressupõe o conhecimento e a aceitação de todas as condições contidas neste Edital e seus Anexos, tais como:

5.1.1. Conformidade com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, bem como o prazo de entrega dos veículos.

5.1.2. Condições de pagamento, que será em até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega dos veículos e da apresentação da nota fiscal;

5.1.3. Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

5.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e subseqüentes lances, se for o caso.

5.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. A proposta eletrônica de preços deverá conter o **valor do item** e poderá ser inserida a partir do dia da divulgação do Edital até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, exclusivamente pelo sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

5.6.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002.

5.7. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.8. O critério de julgamento da proposta será o de **MENOR PREÇO DO ITEM**.

6. DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS

6.1. Na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública com a divulgação dos valores das propostas eletrônicas recebidas, não havendo nesse momento a identificação dos participantes, o que só ocorrerá após o encerramento dessa etapa, conforme regras estabelecidas neste Edital e em cumprimento com as normas vigentes.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, sendo, a licitante, imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5. A redução do preço proposto, decorrente dos lances, ou de negociação direta com o Pregoeiro, deve incidir de forma linear sobre o preço do item que compõem o objeto deste Edital.

7.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Após a fase de lances, com base no Decreto nº 8.538/2015, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

8.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE MELHOR LANCE

10.1. Após o encerramento da etapa de lances, a licitante que apresentou o melhor lance deverá encaminhar, **no prazo de 1 (uma) hora**, preferencialmente, via sistema Comprasnet, por meio da opção "Enviar Anexo", ou, alternativamente, via e-mail para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br, mediante convocação do pregoeiro:

10.1.1. **A Proposta de Preços**, Anexo II – Modelo de Proposta, que deverá indicar **o valor do item**, adequado ao último lance apresentado, se for o caso;

10.1.2. **Ficha técnica do veículo** comprovando que possui todos os itens descritos no Termo de Referência, podendo ser complementada por meio de declaração emitida pelo licitante, constando os itens que não estejam contemplados na ficha técnica, que será conferida no momento de entrega do veículo.

10.2. À critério do Pregoeiro, o prazo para envio dos documentos, acima previstos, poderá ser prorrogado por mais 1 (uma) hora.

10.3. A proposta anexada ao sistema ou enviada via e-mail, após a convocação do pregoeiro, será meramente para conferência, devendo ser solicitada a original da licitante que ofertou o melhor lance, considerado, provisoriamente, vencedor.

10.4. Não poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvadas as alterações que se destinem a sanar evidentes erros formais, as quais deverão ser avaliadas pelo Pregoeiro.

10.5. No preço que vir a oferecer, deverão ser incluídas todas as despesas de taxas, fretes, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da execução do objeto deste Procedimento.

10.6. Não serão admitidas propostas que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

10.7. Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

10.7.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, de eventual matriz ou filial e, também, de seu sócio majoritário.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à **habilitação jurídica**, à **regularidade fiscal e trabalhista** e à **qualificação econômico-financeira** da licitante, conforme o disposto nos artigos 4º, *caput*, 13, 14, 18 e 43, inciso III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2010, bem como, convocará a licitante para apresentar, no prazo de 2 (duas) horas:

11.5.1. O documento correspondente à comprovação da **Qualificação Técnica**, previsto no item 11.9.1 deste Edital.

11.6. Quanto à qualificação econômico-financeira, a licitante será considerada habilitada pelo SICAF, desde que o seu cadastro conste a Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata atualizada.

11.7. Caso o fornecedor inscrito no SICAF, esteja com a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista vencida, no referido Sistema, poderão ser consultados, pelo Pregoeiro, os sítios oficiais emissores de certidões.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

11.8. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através dos respectivos sítios oficiais ou nos casos em que não forem atendidas às exigências de habilitação no SICAF, no que se refere à **habilitação jurídica (11.8.1.1)** e **qualificação econômico-financeira (11.8.1.3)**, poderá convocar a licitante para encaminhar juntamente com o documento correspondente à **qualificação técnica**, no prazo de 2 (duas) horas, documentos válidos que comprovem o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o prazo para comprovação da regularidade fiscal federal e trabalhista garantido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme estabelece o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.8.1. Os documentos que deverão ser apresentados pela licitante, nos casos em que não forem atendidas às exigências de habilitação no SICAF, serão os seguintes:

11.8.1.1. Habilitação jurídica

11.8.1.1.1. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data estabelecida para o envio virtual da proposta, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores, bem como respectivas alterações, caso existam, igualmente lançadas no registro comercial competente;

11.8.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

11.8.1.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

11.8.1.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).

11.8.1.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

11.8.1.3. Qualificação econômico-financeira

11.8.1.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 01 (um) ano contado da data da sua apresentação;

11.9. Considerando que a qualificação técnica não será comprovada, por meio de cadastro no SICAF, deverá ser enviado pela licitante, juntamente com a Proposta de Preços, o seguinte documento:

11.9.1 Qualificação Técnica

11.8.1.1. **1 (um) atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter, a empresa licitante, fornecido ou estar fornecendo produtos ou prestação de serviços similares ao objeto deste Edital.

11.10. Todos os documentos solicitados deverão ser enviados, preferencialmente, via sistema Comprasnet, por meio da opção “Enviar Anexo”, ou, alternativamente, via e-mail para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br.

11.11. Estando habilitada, a licitante será convocada pelo pregoeiro a apresentar, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data do encerramento do Pregão, toda a documentação correspondente à **habilitação jurídica (11.8.1.1)**, **qualificação econômico-financeira (11.8.1.3)** e **qualificação técnica (11.9.1)**, **em original ou cópia autenticada**, na sede do CRCMG, localizada na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi – CEP: 30.140-105 – Belo Horizonte/MG.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

11.12. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, conforme art. 43 art. da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.13. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, ser-lhes-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do CRCMG, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme estabelece o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.13.1. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.14. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.15. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

11.16. Se a documentação de habilitação contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

11.17. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso. Caso contrário, decididos os recursos, o objeto da licitação será adjudicado pela autoridade competente do CRCMG.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12.3. Após a homologação, a contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme minuta do contrato, Anexo III, que integra este Edital.

12.4. A assinatura do contrato pelo adjudicatário dar-se-á no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua convocação pelo CRCMG.

12.4.1. Como condição para assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

12.5. É facultado ao CRCMG, quando o adjudicatário não fizer a comprovação referida no subitem 12.4.1 ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

12.6. Da sessão pública do pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório.

13. DO CONTRATO

13.1. O contrato a ser firmado, cuja minuta, Anexo III, integra o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.2. Quando da assinatura do contrato, a licitante deverá estar em conformidade com as condições de habilitação consignadas neste Edital, bem como durante a vigência do contrato.

13.3. A publicação resumida do instrumento de contrato (extrato) e de seus eventuais aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração, indicando a modalidade da licitação e seu número de referência.

13.4. As condições de entrega, vigência, condições de pagamento, acompanhamento e fiscalização, sanções e rescisão obedecerão às disposições constantes deste Edital e da Lei nº8.666/93.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/adjudicatária que:

14.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta, salvo caso fortuito ou força maior;

14.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.1.4. Não mantiver a proposta;

14.1.5. Cometer fraude fiscal; e

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo.

14.1.6.1. Considera-se comportamento inidôneo atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993

14.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

14.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

14.4. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir ou tentar usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º de mencionada lei, no ano fiscal anterior, será declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, conforme previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da infratora, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br, até as 17h, no horário oficial de Brasília-DF.

15.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@crcmg.org.br.

15.5. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio do CRCMG www.crcmg.org.br para os interessados.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.2. A participação da licitante pressupõe o conhecimento e aceitação de todas as condições previstas no Edital, não sendo consideradas quaisquer condições apresentadas em desconformidade com as suas exigências.

16.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

16.4. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior do CRCMG, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.5. Após a abertura da sessão pública do pregão, não caberá desistência de proposta, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.6. A ata será disponibilizada na Internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

16.7. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou revogada por conveniência do CRCMG, sem que caiba às licitantes qualquer indenização.

16.8. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente e dos Princípios Gerais de Direito.

16.10. As dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes, ficarão sujeitas ao Foro da Justiça Federal – Seção Minas Gerais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.11. Qualquer documento relativo a presente licitação deverá ser enviado ao Pregoeiro/Comissão de Apoio, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi – CEP: 30.140-105 – Belo Horizonte-MG.

16.12. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data da realização da sessão pública, tendo em vista que quaisquer alterações referentes a este Edital serão disponibilizadas no referido endereço, opções Acesso Livre – Pregões – Agendados.

17. DOS ANEXOS

17.1. O presente Edital faz-se acompanhar dos seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Minuta do Contrato.

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2017.

Sérgio Robson Mafra
Pregoeiro do CRCMG

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM 1 - SETOR SOLICITANTE

1.1. Gerência de Fiscalização.

ITEM 2 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. OBJETO: Aquisição de 2 (dois) veículos para uso da fiscalização do CRCMG, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2.1.1. Especificações mínimas:

- Veículo zero km;
- Modelo HATCH;
- Fabricação nacional;
- Ano de fabricação 2017;
- Modelo 2018;
- Cor branca;
- 4 portas;
- Capacidade para 5 passageiros;
- Capacidade do tanque de combustível de, no mínimo, 40 litros;
- Distância mínima entre eixos de 2.400mm;
- Porta-malas de, no mínimo, 260 litros;
- Bicombustível (gasolina/etanol);
- Motorização de, no mínimo, 1.3;
- Potência mínima de 98 cv;
- Câmbio manual de, no mínimo, 5 (cinco) velocidades;
- Direção elétrica, eletro-hidráulica ou eletroassistida;;
- Freios ABS ou ABS/EBD nas 04 rodas;
- Air bag frontais (motorista e passageiro);
- Ar-condicionado;
- Computador de bordo;
- Rodas de aço com calotas integrais ou rodas de liga leve, com diâmetro de, no mínimo, 14”;
- Vidros elétricos, no mínimo, nas portas dianteiras;
- Alarme com travamento das portas;
- Travamento automático das portas com veículo em movimento;
- Sistema de som com funções AM/FM/MP3/USB e antena;
- Autofalantes, no mínimo, nas portas;
- Tomada 12V;
- Sensor de estacionamento traseiro;
- Faróis de neblina dianteiros;
- Abertura da tampa de combustível elétrica ou interna;
- Retrovisores externos com regulagem interna manual ou elétrica;
- Limpador;
- Lavador e desembaçador do vidro traseiro;
- Estepe;
- Jogo de tapetes internos de borracha;
- Demais acessórios legais exigidos pelo código brasileiro de trânsito.
- O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado e emplacado no Estado de Minas Gerais, em nome do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, sem nenhum ônus adicional para o CRCMG.

ITEM 3 – JUSTIFICATIVA COM INTERESSE PÚBLICO EVIDENCIADO

3.1. A aquisição de novos veículos visa a substituição daqueles utilizados pela Gerência de Fiscalização com mais de 5 (cinco) anos de uso, a ser utilizado na realização de trabalhos externos nos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, visando o atendimento dos projetos de fiscalização instituídos pelo Conselho Federal de Contabilidade sendo esses o de Fiscalização das Organizações contábeis e demais profissionais e os de entidades não contábeis. A substituição trará, ainda, o benefício com a redução de custos com serviços de manutenção e aquisição de peças.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

ITEM 4 - INDICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS			
Centro de Custo: 325	Projeto: 5011		Conta contábil: 6.3.2.1.03.01.005
ITEM 5 – PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ENTREGA DO OBJETO			
5.1. Os veículos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.			
ITEM 6 – LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DO MATERIAL			
6.1. Os veículos deverão ser entregues na sede do CRCMG, localizada na Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-105, mediante prévio agendamento de horário com o Gerente Administrativo e Financeiro.			
DATA	ASSINATURA DO GERENTE DE FISCALIZAÇÃO		
outubro/2017			
ITEM 7 – MODALIDADE DA LICITAÇÃO			
7.1. Pregão Eletrônico.			
ITEM 8 – TIPO DE LICITAÇÃO			
8.1. Menor Preço.			
ITEM 9 – VALOR DE REFERÊNCIA			
9.1. O valor de referência unitário dos veículos é de R\$ 54.048,17 (cinquenta e quatro mil, quarenta e oito reais e dezessete centavos)			
Item	Quant.	Descrição	Valor unit.
01	2	Veículo 0 km, modelo Hatch, ano de fabricação 2017, na cor branca e demais especificações mínimas definidas no item 2.1.1 deste Termo de Referência.	R\$ 54.048,17
9.2. No valor que vir a oferecer deverão ser incluídas todas as despesas com os profissionais e equipamentos, bem como, taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da aquisição objeto deste Procedimento.			
ITEM 10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS			
10.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a que apresentar MENOR PREÇO DO ITEM , desde que atendidas às especificações constantes do Edital nº 025/2017 e de seus Anexos.			
10.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, assim como as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Procedimento.			
10.3. O julgamento das propostas será de acordo com a sistemática do site de compras denominado www.comprasnet.gov.br , em consonância com a legislação vigente.			
ITEM 11 – FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE			
11.1. O CRCMG efetuará o pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega dos veículos, mediante a apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, e das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.			
11.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.			
11.3. O valor ofertado é fixo, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.			
ITEM 12 – GARANTIA E MANUTENÇÃO			
12.1. O prazo mínimo de garantia contra vício e defeito de fabricação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento do veículo.			
ITEM 13 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO			
13.1. O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o término do prazo de garantia, que é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento do veículo.			
ITEM 14 – SANÇÕES E PENALIDADES POR INEXECUÇÃO OU INADIMPLEMENTO			

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que atrasar injustificadamente a entrega dos produtos e/ou inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, bem como, pelos motivos elencados no art. 7º do Decreto nº 10.520/2002, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.1.2. **Multa de:**

I. 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações assumidas, por ocorrência;

III. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.1.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem III, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.1.2.2. Reserva-se ao CRCMG o direito de reter e compensar, dos pagamentos da contratada, as multas referidas no item 14.1.2, assegurado o contraditório e a apresentação de defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

14.1.3. **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e **impedimento de contratar** com o CRCMG, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

14.1.4. **Impedido de licitar e contratar** com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2. As sanções poderão ser aplicadas de modo cumulativo ou não, independentemente de sua quantidade.

14.3. Além das sanções acima previstas, o contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

ITEM 15 – INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO, SE FOR O CASO

Não se aplica.

ITEM 16 – INDICAÇÃO DO FUTURO FISCAL DO CONTRATO

16.1. O contrato será fiscalizado pelo Gerente de fiscalização do CRCMG.

ITEM 17 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Fornecer o objeto deste procedimento em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

17.2. Entregar o veículo no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de assinatura do contrato.

17.3. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus funcionários ou representantes ao CRCMG ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega do veículo. O acompanhamento e a fiscalização do CRCMG não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada.

17.4. Arcar com todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo todas as despesas com taxas, fretes, transporte, entrega, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

17.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, improrrogáveis, após notificação por escrito, o veículo entregue em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, ou que apresente vício ou defeito.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

17.5.1. Quaisquer vícios, defeitos, incorreções, falhas e imperfeições deverão ser reparados totalmente às expensas da contratada.

17.6. Garantir que as peças e os acessórios do veículo ofertado sejam originais de fábrica, não sendo permitidas adaptações irregulares que visem adequar o veículo às condições solicitadas.

17.7. Dispor de assistência técnica em todo território nacional, bem como indicar a empresa autorizada, com sede em Belo Horizonte/MG, para prestação dos serviços de assistência técnica eventual, durante o período de garantia do veículo.

17.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRCMG acerca da qualidade do veículo, no prazo máximo de 24 horas.

17.9. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, devendo ser apresentada, juntamente, com as certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

17.10. Manter durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação exigidas no Edital nº 025/2017.

17.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

17.12. Submeter-se à fiscalização do CRCMG, seguindo todas as orientações repassadas.

ITEM 18 – OBRIGAÇÕES DO CRCMG

18.1. Receber o veículo e proceder à conferência acerca do seu atendimento às especificações constantes deste Termo de Referência.

18.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

18.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada.

18.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

18.5. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

DATA	ASSINATURA DO GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
novembro/2017	
DATA	ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRCMG
novembro/2017	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Ao

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2017

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

Em atendimento ao Edital do pregão em epígrafe, apresentamos a(s) seguinte(s) proposta(s) de preços.

ITEM I			
Objeto: Aquisição de 2 (dois) veículos para uso da fiscalização do CRCMG, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.			
Quant	Especificações mínimas	Valor Unit	Valor Total
02	<ul style="list-style-type: none"> • Veículo zero km; • Modelo HATCH; • Fabricação nacional; • Ano de fabricação 2017; • Modelo 2018; • Cor branca; • 4 portas; • Capacidade para 5 passageiros; • Capacidade do tanque de combustível de, no mínimo, 40 litros; • Distância mínima entre eixos de 2.400mm; • Porta-malas de, no mínimo, 260 litros; • Bicombustível (gasolina/etanol); • Motorização de, no mínimo, 1.3; • Potência mínima de 98 cv; • Câmbio manual de, no mínimo, 5 (cinco) velocidades; • Direção elétrica, eletro-hidráulica ou eletroassistida; • Freios ABS ou ABS-EBD nas 04 rodas; • Air bag frontais (motorista e passageiro); • Ar-condicionado; • Computador de bordo; • Rodas de aço com calotas integrais ou rodas de liga leve, com diâmetro de, no mínimo, 14”; • Vidros elétricos, no mínimo, nas portas dianteiras; • Alarme com travamento das portas; • Travamento automático das portas com veículo em movimento; • Sistema de som com funções AM/FM/MP3/USB e antena; • Autofalantes, no mínimo, nas portas; • Tomada 12V; • Sensor de estacionamento traseiro; • Faróis de neblina dianteiros; • Abertura da tampa de combustível elétrica ou interna; • Retrovisores externos com regulagem interna manual ou elétrica; • Limpador; • Lavador e desembaçador do vidro traseiro; • Estepe; • Jogo de tapetes internos de borracha; • Demais acessórios legais exigidos pelo código brasileiro de trânsito. • O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado e emplacado no Estado de Minas Gerais, em nome do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, sem nenhum ônus adicional para o CRCMG. 	R\$.....,....	R\$.....,....
MARCA:		MODELO:	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Garantia: O prazo garantia contra vício e defeito de fabricação é de _____ (.....) meses, contados da data do recebimento do veículo.

Condições de pagamento: O CRCMG efetuará o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega dos veículos, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

O valor ofertado será fixo, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

Submetemo-nos a todas as condições do Edital nº 025/2017, inclusive quanto ao cumprimento na íntegra do respectivo Termo de Referência - Anexo I.

Dados do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do Contrato:

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

Endereço Eletrônico (e-mail):

_____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante legal da empresa

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato de aquisição que entre si fazem, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ/MF sob o número 17.188.574/0001-38, representado por seu presidente, Contador XXXXXXXXXXXXXXXX, de ora em diante denominado CRCMG, e, de outro, XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, na Rua/AVXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representado por seu representante legal, XXXXXXXX, de ora em diante denominada CONTRATADA, sujeitando as partes contratantes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Lei Complementar nº 123, de 13/12/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, com aplicação subsidiária das normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de 2 (dois) veículos para uso da fiscalização do CRCMG, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital nº 025/2017 e seu Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Integram este contrato o Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 025/2017 e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Fornecer o objeto deste procedimento em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital nº 025/2017.

2.2. Entregar o veículo no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de assinatura do contrato.

2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus funcionários ou representantes ao CRCMG ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega do veículo. O acompanhamento e a fiscalização do CRCMG não excluem nem reduz a responsabilidade da contratada.

2.4. Arcar com todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo todas as despesas com taxas, fretes, transporte, entrega, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

2.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, improrrogáveis, após notificação por escrito, o veículo entregue em desacordo com as especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital nº 025/2017, ou que apresente vício ou defeito.

2.5.1. Quaisquer vícios, defeitos, incorreções, falhas e imperfeições deverão ser reparados totalmente às expensas da contratada.

2.6. Garantir que as peças e os acessórios do veículo ofertado sejam originais de fábrica, não sendo permitidas adaptações irregulares que visem adequar o veículo às condições solicitadas.

2.7. Dispor de assistência técnica em todo território nacional, bem como indicar a empresa autorizada, com sede em Belo Horizonte/MG, para prestação dos serviços de assistência técnica eventual, durante o período de garantia do veículo.

2.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRCMG acerca da qualidade do veículo, no prazo máximo de 24 horas.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

2.9. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, devendo ser apresentada, juntamente, com as certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

2.10. Manter durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação exigidas no Edital nº 025/2017.

2.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

2.12. Submeter-se à fiscalização do CRCMG, seguindo todas as orientações repassadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CRCMG

3.1. Receber o veículo e proceder à conferência acerca do seu atendimento às especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital nº 025/2017.

3.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

3.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada.

3.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

3.5. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CUSTOS

4.1. O valor global dos bens adquiridos é de R\$ (.....), cujo desembolso dar-se-á com recursos previstos em dotação orçamentária própria, sob a rubrica 6.3.2.1.03.01.005.

4.2. Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

4.3. Os valores estipulados acima são fixos, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O CRCMG efetuará o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega dos veículos, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ENTREGA DO OBJETO

6.1. Os veículos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

6.2. Os veículos deverão ser entregues na sede do CRCMG, localizada na Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-105, mediante prévio agendamento de horário com o Gerente

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

Administrativo e Financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o término do prazo de garantia, que é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento do veículo e será regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e pelo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato será fiscalizado pelo Gerente de Fiscalização do CRCMG.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que atrasar injustificadamente a entrega dos produtos e/ou inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, bem como, pelos motivos elencados no art. 7º do Decreto nº 10.520/2002, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.1.2. **Multa de:**

- I. 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- II. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações assumidas, por ocorrência;
- III. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.1.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem III, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.1.2.2. Reserva-se ao CRCMG o direito de reter e compensar, dos pagamentos da contratada, as multas referidas no item 9.1.2, assegurado o contraditório e a apresentação de defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

9.1.3. **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e **impedimento de contratar** com o CRCMG, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.1.4. **Impedido de licitar e contratar** com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

9.2. As sanções poderão ser aplicadas de modo cumulativo ou não, independentemente de sua quantidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	217/2017
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	025/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Belo Horizonte, XX de XXXXXX de 2017.

CONSELHO REGINAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Contador XXXXXXXX

EMPRESA XXXX
XXXXXXXXX – XXXXXXXX

Testemunhas

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

CPF: _____